

FORMAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA SOB A LÓGICA DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE ACELERAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES

FREIRE, E.

*Unidade de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa; Fatec Jundiaí; Fatec São Paulo
emerson.freire@fatec.sp.gov.br*

Technical and Technological Training Under the Logic of the Acceleration Educational Policy: some reflections

Eixo Tecnológico: Desenvolvimento Educacional e Social.

Resumo

Desde a reforma de 2017 e da Resolução n.1 de 05/01/2021, que estabelece novas diretrizes gerais para o Ensino Médio, os Cursos Superiores de Tecnologia (CPS) têm sido afetados frontalmente em suas concepções e potencialidades sociopolíticas construídas historicamente, em função da aceleração crescente da formação. Este estudo tem por objetivo traçar algumas reflexões sobre as transformações que estão acontecendo nas formações técnica e tecnológica, sob a lógica de uma política educacional de aceleração. Trata-se de um trabalho de caráter qualitativo com pesquisa bibliográfica e documental. Percebe-se, pelo estudo realizado, a necessidade de se rever as concepções para a Educação Profissional e Tecnológica, visando retomar o potencial de desenvolvimento tecnocientífico dessa modalidade de ensino.

Palavras-chave: *Educação Profissional e Tecnológica, Formação técnica e tecnológica, Aceleração, Concepções e políticas educacionais.*

Abstract

Since the 2017 reform and Resolution n.1 of 01/05/2021, which establishes new general guidelines for High School Education, Undergraduate Technology Courses (UTC) have been frontally affected in their historically constructed socio-political conceptions and potentialities, in function of the growing acceleration of formation. This study aims to outline some reflections on the transformations that are taking place in technical and technological training, under the logic of an accelerating educational policy. This is a qualitative work with bibliographical and documental research. It is clear from the study carried out that there is a need to review the concepts for Professional and Technological Education, aiming to resume the techno-scientific development potential of this teaching modality.

Keywords: *Vocational and Technological Education, Technical and technological training, Acceleration, Educational conceptions and policies.*

1. Introdução

Embora todos os cursos de nível superior preparem profissionais, são as instituições de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que sofrem a exigência mais acentuada quanto às expectativas de empregabilidade e/ou de inserção no mundo do trabalho. As políticas educacionais em curso, sobretudo desde a reforma de 2017, têm provocado substanciais consequências para a EPT. A Resolução n.1 de 05/01/2021, que estabelece novas diretrizes gerais para o Ensino Médio, afeta visceralmente os Cursos Superiores de Tecnologia (CST) em suas concepções e potencialidades sociopolíticas construídas historicamente. Considerando noções como flexibilização e verticalização, a crescente redução do tempo de formação ancora-se no fenômeno de aceleração social, conforme estudado por Harmut Rosa [1][2], o que requer estudos mais aprofundados sobre as concepções e políticas voltadas a EPT que partam dessa perspectiva. O objetivo desse texto é tecer algumas reflexões sobre as mudanças que vêm

Anais da VII Mostra de Docentes em RJI

ocorrendo nas políticas de formação técnica e tecnológica, levando em conta uma lógica de política educacional de aceleração.

2. Materiais e métodos

A metodologia utilizada é de caráter qualitativo, a partir de pesquisa bibliográfica e documental referente à formação profissional técnica e tecnológica e à temática da aceleração social, a partir de autores centrais como Harmut Rosa e Paul Virilio. Na parte documental trabalhou-se com Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) e a Resolução n.1 de 05/01/2021 do MEC, que estabelece novas diretrizes gerais para o Ensino Médio, com implicações diretas para os Cursos Superiores de Tecnologia (CST).

3. Resultados e Discussão

A Resolução n.1 de 05/01/2021, não por acaso acompanhada da revisão do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) [3], encontra-se ancorada na adoção dos itinerários formativos preconizados na Reforma do Ensino Médio de 2017. Segundo o MEC, um itinerário formativo na EPT é “um conjunto de unidades curriculares, etapas ou módulos que compõem a sua organização em eixos tecnológicos e respectiva área tecnológica”, e que pode ser implementado de diversas maneiras, a saber:

- I) internamente em um mesmo curso, mediante sucessão de unidades curriculares, etapas ou módulos com terminalidade ocupacional;
- II) propiciado pela instituição educacional, mas construído horizontalmente pelo estudante, mediante unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos diferentes de um mesmo eixo tecnológico e respectiva área tecnológica;
- III) construído verticalmente pelo estudante, propiciado ou não por instituição educacional, mediante sucessão progressiva de cursos ou certificações obtidas por avaliação e por reconhecimento de competências, desde a formação inicial até a pós-graduação tecnológica [4]

As palavras centrais, nesse contexto, são: (mais) flexibilização e verticalização (palavra utilizada com ênfase no § 7º da resolução). Dessa forma, disciplinas cursadas em cursos técnicos podem ser validadas em cursos superiores tecnológicos, diminuindo o tempo de formação ao máximo possível. Micro-certificações intermediárias, além de portfólios para substituir trabalhos de conclusão de curso de graduação, aulas híbridas, entre outros dispositivos, começam a fazer parte das propostas de novos cursos dentro dessa concepção de flexibilização/verticalização. Flexibilizar e verticalizar estabelecem pontos nodais para uma estratégia de aceleração na formação técnica e tecnológica. Trata-se de uma política educacional que visa acelerar os processos formativos nessa modalidade de ensino e se torna mais explícita à medida em que diferentes programas vão sendo implementados pelas instituições, como o Programa Articulação Médio Superior (AMS). A diminuição da carga horária e matrizes curriculares adaptáveis fazem parte dessa lógica.

Como observado em outro local, os “Princípios Norteadores” da Resolução CNE/CP n. 1 de 05 de janeiro de 2021, em seu capítulo II, há um paradoxo conceitual que se revela no próprio documento. Por um lado, valer-se de um vocabulário gramsciano, como a centralidade do “trabalho assumido como princípio educativo”, cujo propósito seria a “sua integração com a

Anais da VII Mostra de Docentes em RJJ

ciência, a cultura e a tecnologia” e, por outro, as diretrizes valorizadas no próprio documento estarem *pari passu* à corrente ultraliberal de flexibilização em todas as esferas possíveis, motivação à ideia de adaptação via competências socioemocionais e metodologias ativas (Capítulo II – VII), além do “fomento e incentivo à ampliação de cursos rápidos e aligeirados, desregulamentações, diminuição do tempo de escolarização em função de supostas necessidades imediatas do mercado, entre outras” [5]. Como resultado, há uma descaracterização substancial dos CST, em que a premissa da densidade tecnológica, aliada à ciência e cultura, é abandonada em função de uma proposição de formação ao estilo vida-empresa [6], circunscrevendo os problemas sociotécnicos e político-culturais à esfera da vida empresarial, esquecendo-se, como diria o título da obra de Laval [7], que a escola não é uma empresa.

Entregar a escola à empresa, finalmente como um ataque direto ao ensino público, tratando-a como uma mera prestadora de serviços fundada em uma noção de profissionalização voltada à especialização estreita, de cunho mais comportamental, que acelera os processos de formação para gerar mão-de-obra disponível em menos tempo, traz consequências de longo prazo e amplia os problemas histórico-estruturais da EPT. Ao invés da construção de uma cultura técnica promissora em seus vários aspectos culturais e socioeconômicos, tem-se a construção de um certo tipo profissional, o especialista como mero trabalhador-repetidor, ainda que atuando em áreas de tecnologia de ponta. O potencial tecnocientífico que atravessaria os cursos técnicos e tecnológicos, elevando o entendimento de técnico/tecnólogo para além de um especialista-repetidor, mas como aquele capaz de realizar a articulação inventiva entre humanos e máquinas diante dos desafios sociotécnicos que se apresentam, se vê diminuído quando a lógica da política educacional se dirige prioritariamente à aceleração. O aprofundamento em nível de graduação tecnológica é trocado pela rapidez no aproveitamento de conteúdos vistos em nível técnico, visando o encurtamento da formação por uma suposta empregabilidade ou disponibilização para o mundo do trabalho.

Esse projeto de aceleração na política educacional, que ganha amplitude com as políticas neoliberais e diretrizes advindas de organismos internacionais, encontra-se dentro do escopo daquilo que Harmut Rosa [1] estudou como um processo de aceleração social e que engloba três dimensões interconectadas: a aceleração técnica, a aceleração da mudança social e a aceleração do ritmo de vida. A aceleração técnica promove o constante aumento da velocidade dos deslocamentos, dos fluxos de dados e de informações, dos processos produtivos, dos serviços, etc. Por consequência, há uma aceleração vertiginosa da mudança social e do ritmo de vida, transformando o regime espaço-temporal numa espécie de contração do tempo presente. Como diz Rosa [2, p. 22]: “O presente se contrai nas dimensões política e profissional, técnica e estética, normativa e científica ou cognitiva, ou seja, tanto de um ponto de vista cultural quanto estrutural”. A conexão entre velocidade e política, estudada por Virilio [8][9], promove diversas formas de alienação, seja em relação ao espaço, às coisas, às nossas ações, ao tempo e em relação a si mesmo e aos outros. Paul Virilio [9, p. 41] diria que se constrói um mundo com modos de vida onde, como consequência, começa a ser “muito tarde para a vida privada”, ainda que se viva uma superexposição do indivíduo nas redes, em função dessa contração do espaço-tempo: “Modo de vida e ritmos cardíacos, modo de vida e ritmo técnico, é toda a questão do TEMPO, do uso do tempo como do espaço de uma vitalidade quotidiana na qual a ARRITMIA electrotécnica dos costumes continua a abalar as consciências”. Um problema de alienação técnica a partir da variável *espaço-tempo* se configura. É uma questão que vem se tornando fundamental para a vida escolar e, mais especificamente aqui, para a

Anais da VII Mostra de Docentes em RJJ

formação profissional técnica e tecnológica, uma vez que o desenvolvimento tecnocientífico tem um ritmo, uma cadência, uma cultura, que lhe são próprios.

4. Considerações Finais

Se o problema é de formação, ainda que aqui no âmbito restrito, mas privilegiado em função da formação técnica e tecnológica da EPT, então compreender essa lógica da política de aceleração educacional dentro do contexto da aceleração social denominada por Harmut Rosa, parece ser fundamental para que se possa construir concepções e políticas alternativas a esse modelo que leva ao esvaziamento da escolarização e se restringe a uma especialização restritiva que visa profissionais adaptados apenas.

Nos recentes e acalorados debates sobre a flexibilização do ensino técnico integrado ao médio, parece urgente considerar-se as suas consequências para os CTS. Não se trata de oposição entre ensino técnico e tecnológico, mas, ao contrário, de buscar novas concepções para essas modalidades, não as deixando mais reféns da classificação simplista médio-técnico / superior-tecnológico. Essa classificação não é só empobrecedora, com não se sustenta mais ante os desafios sociotécnicos colocados pela atual tecnocultura, que necessita uma concepção político-estratégica em relação à técnica/tecnologia. Nesse caso, a EPT seria um lugar privilegiado de atenção, caso não se insista nesse movimento ininterrupto de diminuição da formação, num processo de aceleração que tenta apenas acompanhar os fluxos do mercado financeiro sem uma reflexão mais aguda sobre técnica e tecnologia.

Referências

- [1] ROSA, Harmut. **Accélération: une critique sociale du temps**. Paris: La Découverte, 2010.
- [2] ROSA, Harmut. **Aliénation et Accélération: vers une théorie critique de la modernité tardive**. Paris:
- [3] MEC. Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/catalogo-nacional-dos-cursos-superiores-de-tecnologia->. Acesso em: 10 mai. 2022.
- [4] MEC. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90891#:~:text=C%C3%B3digo%20para%20do%20Twitter.,a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Profissional%20e%20Tecnol%C3%B3gica. Acesso em: 10 mai. 2022, p. 3.
- [5] BATISTA, S. S. S.; FREIRE, E. Concepções e políticas para a formação profissional: graduação tecnológica frente às reformas educacionais pós 2017. Reveduc: Dossiê Políticas Educativas e Perspectivas Formativas Pós-Covid-19, 2023.
- [6] FREIRE, Emerson. Internacionalização da educação e as concepções bio/tecnopolíticas voltadas à formação ao estilo vida-empresa. In: BATISTA, Sueli Soares dos Santos; AGUILAR, Luis Enrique; FREIRE, Emerson. (orgs.) **Políticas de formação técnica e tecnológica no contexto da internacionalização da educação**. São Carlos: EdUFSCar, 2022. 344 p.
- [7] LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**. Londrina: Editora Planta, 2004.
- [8] VIRILIO, Paul. (1977) **Velocidade e Política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- [9] VIRILIO, Paul. **Le Grand accélérateur**. Paris: Éditions Galilée, 2010.